



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PARA PROVIMENTO DE VAGA EXISTENTE E QUE VIER A SURGIR NO PRAZO
DE VALIDADE DESTA SELEÇÃO NA COMARCA DE CAXAMBU DO ESTADO DE
MINAS GERAIS**

EDITAL Nº 01/2022

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Hilton Silva Alonso Júnior, Diretor do Foro da Comarca de Caxambu/MG, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, III da Portaria-Conjunta nº 297, de 05 de julho de 2013, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública para provimento de vaga existente e que vier a surgir no prazo de validade desta seleção de estagiários de pós-graduação em Direito na Comarca de Caxambu do Estado de Minas Gerais, incluída a seleção dos estagiários que atuarão nos Juizados Especiais e no CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, nos termos deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar da seleção pública, estudantes de pós-graduação em Direito, inclusive MBA, presencial ou à distância, matriculados em instituição credenciada junto ao MEC, cuja matrícula e frequência, deverão ser comprovadas no ato da convocação do candidato, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Portaria-Conjunta nº 297, de 2013/TJMG e Portaria 400/PR/2015/TJMG.

1.2. A seleção pública será executada e acompanhada pela Comissão do Concurso.

1.3. A carga horária para a realização do estágio de pós-graduação é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas diárias.

1.4. O estagiário de pós-graduação em Direito fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$ 1.570,50 (um mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos) e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a dez por cento do valor da bolsa de estágio.

2. DAS VAGAS E DOS CURSOS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

2.1. A presente seleção se destina ao preenchimento das vagas de estágio junto às varas do Fórum da Comarca de Caxambu, para os Juizados Especiais e CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

2.2. A seleção pública é destinada ao provimento de vagas de estágio para estudantes de pós-graduação em Direito, bem assim à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem durante o período de validade da Seleção Pública.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas no período de **25/01/2022 até 04/02/2022, das 12:00 às 18:00 horas** (horário de Brasília), no prédio do Fórum da Comarca de Caxambu/MG.

3.1.1. O estudante deverá comparecer ao local de inscrição munido dos seguintes documentos:

- a) Documento Identidade;
- b) Declaração de Matrícula no Curso de Pós-graduação em Direito.

3.2. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.3. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar na respectiva ficha o turno em que poderá prestar o estágio.

3.3.1. A indicação do turno de interesse e/ou disponibilidade para estágio não obriga o Tribunal de Justiça a convocar exclusivamente para vaga existente no turno indicado.

3.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.5. No período correspondente às inscrições, os candidatos que possuírem certificado de tempo de atividade como conciliador/mediador voluntário no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deverão apresentá-lo no ato do preenchimento da ficha de inscrição.

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

4.1. Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

dezembro de 1999 e alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei Estadual nº 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2. Nos termos da Lei Estadual nº 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

4.3. O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4. A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4.5. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência, no momento da inscrição.

4.6. O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

4.7. Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 2º da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

4.8. Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.

4.9. Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.10. O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar no Fórum da Comarca de Caxambu, dentro do horário de expediente, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de realização das provas,



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4.11. A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4.12. A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.13. A relação dos candidatos que tiverem seus pedidos de condições diferenciadas indeferidos será divulgada no saguão do Fórum da Comarca de Caxambu, no período de 2 (dois) dias úteis anteriores à data de realização da prova.

4.14. Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original, vedada a sua substituição por cópia, ainda que autenticada, que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.15. A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4.15.1. A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar.

4.15.1.1. Caberá à Comissão Multidisciplinar a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

4.15.2. O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4.15.3. O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

4.15.3.1. Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.

5. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.1. Serão observados a Resolução nº 336, de 2020 do Conselho Nacional de Justiça e a Portaria Conjunta nº 297/2013 do TJMG, que preveem que deverá ser reservado aos negros o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas para os programas de estágio nos órgãos do Poder Judiciário, sendo que a reserva será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no processo seletivo for igual ou superior a 03 (três).

5.1.1. Nos termos do parágrafo 3º, artigo 2º, da Resolução nº 336, de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, a regra contida neste dispositivo terá vigência até 09 de junho de 2024, término do prazo de vigência da Lei n. 12.990 de 09 de junho de 2014.

5.2. Poderão concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição na Seleção Pública, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.2.1. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

5.3. O candidato inscrito como negro concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a ordem de sua classificação na Seleção Pública.

5.3.1. Além das vagas reservadas aos negros, o candidato poderá optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atender a essa condição.

5.4. Em caso de desistência de candidato inscrito como negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

5.5. O candidato inscrito como negro participará da seleção pública em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia e ao horário das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e a todas as demais normas de regência da seleção pública.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

5.6. Para avaliação da condição de ser preto ou pardo deverá ser verificada a autodeclaração manifestada no ato da inscrição e as características fenotípicas do candidato.

5.6.1. Quando da convocação ou se a qualquer tempo for constatado que o estudante não é negro (preto ou pardo), a convocação será tornada sem efeito e o nome do candidato será excluído da lista de inscritos como negros e ele passará a concorrer apenas na ampla concorrência, ou às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se for o caso.

5.7. Ocorrendo a situação descrita no subitem 5.6.1, será oportunizado prazo de 2 (dois) dias úteis, para o estudante apresentar recurso contra a decisão que o excluiu da lista de candidatos negros, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

5.7.1. Caso o recurso não seja acatado pela autoridade responsável pela seleção pública, este deverá ser encaminhado à COEST que convocará uma comissão de avaliação, a ser designada pelo Tribunal, a qual entrevistará o estudante para aferir a veracidade da autodeclaração de ser preto ou pardo.

5.7.2. O candidato convocado para entrevista com a comissão de avaliação deverá comparecer munido de original de documento de identidade oficial com foto.

5.7.3. Constatado pela maioria dos integrantes da comissão de avaliação que o candidato não é preto ou pardo, o recurso será indeferido e o candidato passará a figurar apenas na lista da ampla concorrência ou das pessoas com deficiência, se for o caso.

5.7.4 O não comparecimento no dia e no horário designados para entrevista com a comissão de avaliação implicará a exclusão do candidato da lista dos inscritos como negros, passando a figurar apenas na lista da ampla concorrência ou das pessoas com deficiência, se for o caso.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

6.1. O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

6.2. A Ficha de Inscrição é intransferível.

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a veracidade da informação sobre os dados pessoais, além de todas as demais informações prestadas.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

7. DA SELEÇÃO

7.1. A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Caxambu e as que vierem a surgir, durante o prazo de validade do certame, será composta de uma prova objetiva e uma dissertativa.

7.1.1. A prova objetiva, não identificada, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de 30 (trinta) questões, com valor de 1 (um) ponto cada e versará sobre Direito Constitucional, Direito Civil e Processual Civil, Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, Direito Penal e Processual Penal, Direito da Criança e do Adolescente e Atos de ofício.

7.1.2. A prova dissertativa será composta de 3 (três) questões, conforme quadro a seguir:

QUESTÃO 01 (DISSERTAÇÃO)	20 pontos
QUESTÃO 02 (DIREITO PENAL)	05 pontos
QUESTÃO 03 (DIREITO CIVIL)	05 pontos

7.1.3. A dissertação compreenderá temas de conhecimento geral ou jurídico, dentre as matérias especificadas neste edital. A correção de todas as questões dissertativas observará o emprego correto da Língua Portuguesa, bem como a lógica e coerência dos argumentos do candidato.

7.1.4. O candidato não poderá ultrapassar o limite de 20 (vinte) linhas para a dissertação e de 10 (dez) linhas para as questões dissertativas.

7.1.5. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, implementado a partir de 1º de janeiro de 2009, será exigido para efeito de avaliação, uma vez que, nos termos do Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, o uso dessa nova norma ortográfica somente era facultativo até 31 de dezembro de 2015.

7.2. A prova ocorrerá no dia **25/02/2022 às 9 horas** e terá duração de 3 horas. Será realizada no salão do Tribunal do Júri da Comarca de Caxambu.

7.2.1. O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

7.2.2. Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

7.2.3. Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

7.3. Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

7.3.1. O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do comprovante de inscrição.

7.4. Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, para a realização das provas.

7.4.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

7.4.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

7.5. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

7.6. O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

7.7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, smartwatch, etc.), livros, anotações e similares.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

7.8. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

7.9. Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da prova;
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fazer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização das provas;
- h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas objetivas, findo o prazo limite para realização das provas.
- i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.
- j) comparecer no recinto sem utilizar máscara de proteção facial ou desrespeitar quaisquer outras orientações dadas pelos fiscais para prevenção da disseminação e contágio pelo vírus SARS-CoV-2.

7.10. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

7.11. Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

7.12. O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

7.13. Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

8. DA ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

8.1. À atuação como conciliador/mediador voluntário pelo período mínimo de 06 (seis) meses será atribuído 01 ponto.

8.2. O candidato que atuou como voluntário deverá entregar a declaração no ato da inscrição, nos termos do item 3.5 deste Edital.

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. A nota final será obtida pela soma das notas alcançadas nas provas objetiva e dissertativa com a alcançada em razão da atuação de conciliador/mediador voluntário.

9.1.1. A nota da prova objetiva será calculada à razão de um ponto por acerto e a prova dissertativa será pontuada de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos a dissertação e de 0 (zero) a 05 (cinco) pontos as de direito penal e de direito civil.

9.1.2. Somente será considerado aprovado o candidato que obtiver no mínimo 50% dos pontos do total da prova.

9.2. A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

9.3. Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único da Lei 10.741/2003;
- b) obtiver maior pontuação nas questões dissertativas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões objetivas;
- d) ser conciliador/mediador voluntário por período mínimo de 06 (seis) meses;
- e) maior idade;
- f) tiver exercido a função de jurado;
- g) sorteio.

9.4. Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

9.5. A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente a classificação destes últimos.

9.5.1. A classificação final será divulgada no Átrio do Fórum da Comarca de Caxambu.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

10. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

10.1. Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à Direção do Foro contra as seguintes decisões:

- a) indeferimento de condição diferenciada;
- b) gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha;
- c) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

10.2. O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 10.1 deste Capítulo será de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

10.3. Os recursos mencionados no item 10.1 deste Capítulo deverão ser apresentados à Comissão de Concurso em 02 (duas) vias e deverão ser entregues no Fórum da Comarca de Caxambu, dentro do horário de expediente, sendo vedado o envio por qualquer outro meio que não seja pessoal.

10.4. Os recursos deverão ser entregues em um envelope tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com as seguintes dados: Seleção Pública para Estagiários. Ref. Recurso contra (citar o objeto), nome completo e número de inscrição do candidato.

10.5. O recurso contra gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha deverá ser apresentado com obediência às seguintes especificações:

- a) com indicação do número da questão questionada, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato;
- b) em folhas separadas, para cada questão recorrida;
- c) com identificação do candidato apenas na capa do recurso;
- d) sem qualquer identificação do candidato no corpo do recurso;
- e) com argumentação lógica, consistente e com referência à bibliografia pesquisada para fundamentar seus questionamentos.

10.6. Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

d) com a identificação do candidato no corpo da petição, ou seja, em local não indicado para tal finalidade.

10.7. A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será divulgada no Átrio do Fórum da Comarca de Caxambu.

10.8. A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

10.9. Após a divulgação de que trata o item 10.7 deste Capítulo, a fundamentação da decisão sobre os recursos ficará disponível para consulta individualizada do candidato na Direção do Foro até a data da homologação desta Seleção Pública.

11. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

11.1. O preenchimento da vaga existente e das que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, observado o turno disponível para estágio, registrado na ficha de inscrição, considerada a conveniência administrativa.

11.2. Os candidatos com deficiência e os negros serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto nos Capítulos 4 e 5 deste Edital, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

11.3. A convocação para o preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Caxambu do Estado de Minas Gerais será realizada mediante contato telefônico e/ou envio de e-mail, além de disponibilização no átrio do Fórum.

11.3.1. Serão considerados para convocação os telefones e e-mail registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados.

11.4. Todas as tentativas de contato por telefone e/ou por e-mail com os candidatos serão registradas pela comarca.

11.5. Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível, observado o prazo de validade da seleção pública.

11.6. Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

a) não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

- b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e/ou telefone;
- c) requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação;
- d) após ser convocado, não comparecer ao Fórum no prazo de 02 (dois) dias úteis;
- e) recusar a vaga oferecida.

11.6.1. Os candidatos serão remanejados para o fim da lista de aprovados uma única vez.

11.7. O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

11.8. Após ser convocado, o estudante deverá comparecer ao Fórum da Comarca no prazo de 02 (dois) dias úteis.

11.9. Aceita a vaga para a qual foi convocado, na mesma data será encaminhado ao candidato convocado um e-mail contendo os seguintes dados:

- a) nome do (a) estudante;
- b) unidade de lotação do (a) estagiário (a);
- c) tipo de recrutamento do (a) candidato (seleção pública, no caso do presente edital)
- d) número do processo SEI em que consta a lista de classificados.

11.10. O candidato aprovado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para dar início ao procedimento via SEI e anexar a este a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio a contar do envio do e-mail.

11.11. O tutorial para que o estudante dê início ao procedimento está disponível no sítio eletrônico “ejef.tjmg.jus.br/estagio”, enquanto os documentos exigidos para ingresso nas atividades são:

- a) cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;
- b) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula, o período cursado e, em se tratando de estudante de curso de graduação presencial, a frequência regular;
- c) declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio transporte;
- d) declaração do estudante informando se é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

- e) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega;
- f) o histórico escolar e a estrutura curricular correspondente ao curso, em se tratando de estudante de curso de graduação com disciplinas pendentes em relação a períodos anteriores.

11.12. Caso o candidato não receba o e-mail até o dia seguinte ao do aceite da vaga (11.9) deverá, após checar sua área de spam, entrar imediatamente em contato com a Secretaria do Fórum comunicando o fato.

11.13. Será eliminado da seleção pública o candidato que recusar-se a observar as condições estipuladas pelo TJMG.

11.14. Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (*e-mail*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.

12. DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

12.1. O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria-Conjunta nº 297 de 2013 do TJMG.

13. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

13.1. A seleção pública terá validade de 02 (dois) anos a partir da divulgação do resultado, podendo ser prorrogado a critério da Direção do Foro da Comarca.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão afixadas no átrio do Fórum desta Comarca.

14.2. É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

14.2.1. Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

14.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

14.4. A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

14.5. O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

14.6. Não serão aceitas apresentação de documentos ou a interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

14.7. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

14.8. Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

14.9. A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento.

14.10. Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

14.11. Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas no Fórum da Comarca de Caxambu/MG, observado o horário de expediente forense.

14.12. O resultado final da seleção pública será homologado pelo Juiz Diretor do Foro.



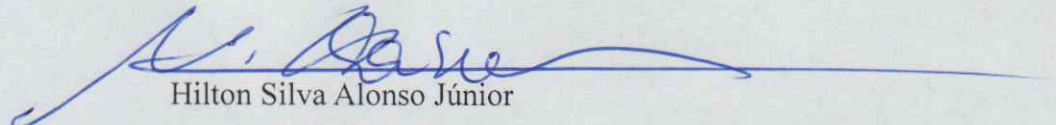
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

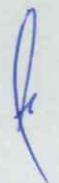
14.13. A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

14.14. As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEF.

14.15. Integra este Edital, Anexo correspondente ao Conteúdo Programático.

Caxambu, 25 de janeiro de 2022.


Hilton Silva Alonso Júnior
Juiz de Direito





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1.1. Dos princípios fundamentais;
- 1.2. Dos direitos e garantias fundamentais;
- 1.3. Da organização do Estado;
- 1.4. Da organização dos poderes;
- 1.5. Das funções essenciais à justiça.

2. DIREITO CIVIL

- 2.1. Da pessoa natural. Personalidade e capacidade. Da pessoa jurídica e seu registro. Da sociedade e das associações civis. Das fundações. Do domicílio;
- 2.2. Dos bens;
- 2.3. Dos fatos, atos e negócios jurídicos;
- 2.4. Dos defeitos dos atos jurídicos;
- 2.5. Da forma dos atos jurídicos e de sua prova;
- 2.6. Da prescrição e da decadência;
- 2.7. Da responsabilidade civil.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 3.1. Da ação;
- 3.2. Do Procedimento Comum;
- 3.3. Do Indeferimento da Petição Inicial;
- 3.4. Da incompetência;
- 3.5. Da revelia;
- 3.6. Das Tutelas provisórias;
- 3.7. Da sentença.



4. JUIZADO CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

- 4.1. Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;
- 4.2. Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

5. DIREITO PENAL

- 5.1. Princípios constitucionais penais;
- 5.2. Teoria da norma, âmbito de validade temporal e espacial. Conflito aparente de normas. Contagem de prazo;
- 5.3. Tipicidade, ação e omissão, nexo de causalidade, elementos subjetivos, exclusão de tipicidade;
- 5.4. Ilicitude;
- 5.5. Culpabilidade;
- 5.6. Da tentativa; desistência voluntária, arrependimento eficaz e crime impossível;
- 5.7. Erro jurídico penalmente relevante. Erro de tipo e erro de proibição;
- 5.8. Da pena;
- 5.9. Extinção da punibilidade.

6. DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 6.1. Do processo penal em geral;
- 6.2. Princípios e fontes do processo penal;
- 6.3. Do inquérito policial;
- 6.4. Da ação penal;
- 6.5. Da prisão e da liberdade provisória;
- 6.6. Da sentença;
- 6.7. Dos recursos em geral.

7. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 7.1. Da proteção à criança e ao adolescente. Conceitos, deveres, garantias, princípios e prioridades;
- 7.2. Das medidas de proteção;
- 7.3. Dos atos infracionais.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

8. ATOS DE OFICIOS

8.1. Provimento nº 355, de 2018 TJMG.

Uma assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.

